



JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 1.25

Número Extraordinário

SUMÁRIO

GOVERNO:

Decreto-Lei N.º 1/2026 de 2 de Fevereiro

Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno 1

Decreto-Lei N.º 2/2026 de 2 de Fevereiro

Segunda Alteração ao Decreto-Lei N.º 1/2015, de 14 de janeiro

Fundo Especial de Desenvolvimento para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno 9

DECRETO-LEI N.º 1/2026

de 2 de Fevereiro

REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE OE-CUSSE AMBENO

A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno foi criada pela Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, constituindo uma resposta institucional às particulares circunstâncias históricas, geográficas e socioeconómicas desta parcela do território nacional. Desde a sua instituição, a Região tem vindo a consolidar-se progressivamente como estrutura administrativa dotada de significativa autonomia, ao abrigo do regime consagrado no artigo 5.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Decorrida que está mais de uma década desde a criação da Região Administrativa Especial, impõe-se agora proceder a uma revisão e atualização do quadro normativo que rege a sua organização e funcionamento. Esta revisão revela-se necessária não apenas para corrigir disfunções e lacunas identificadas na aplicação prática do regime vigente, mas sobretudo para

adaptar o modelo institucional da Região às orientações estratégicas mais recentes em matéria de descentralização administrativa e de fortalecimento do poder local em Timor-Leste.

O presente diploma legal enquadra-se no processo mais amplo de descentralização administrativa que o País tem vindo a empreender, procurando estabelecer maior coerência e harmonização entre os diversos modelos de administração territorial. Efetivamente, afigura-se fundamental aproximar o modelo de organização e funcionamento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno do regime já implementado para as Autoridades Municipais e para a Autoridade Administrativa de Ataúro, sem prejuízo das especificidades que justificam o estatuto especial de que aquela goza.

A reforma agora introduzida visa, em primeiro lugar, clarificar e aperfeiçoar os mecanismos de tutela governamental sobre a Região, determinando que a superintendência e tutela sobre a mesma passem a ser exercidas pelo departamento governamental responsável pela administração territorial. Esta opção permite assegurar maior coerência na condução das políticas de descentralização e de desenvolvimento local, bem como facilitar a coordenação entre as diferentes estruturas da administração territorial do Estado.

Em segundo lugar, pretende-se estabelecer um período transitório de cinco anos, durante o qual se procederá à capacitação progressiva dos órgãos e serviços da Região e ao reforço gradual da sua autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Este período transitório permitirá preparar adequadamente a eventual integração futura da Região no sistema de poder local, assegurando que tal evolução se processe de forma sustentada e consolidada, mediante a criação de capacidades institucionais efetivas.

O diploma introduz, igualmente, melhorias significativas nos mecanismos de colaboração e cooperação entre a Administração Central e a Administração Regional, densificando os deveres recíprocos de informação, consulta e coordenação. Estabelecem-se, nomeadamente, procedimentos mais claros para a elaboração e aprovação dos instrumentos de planeamento e orçamentação da Região, bem como para o acompanhamento e fiscalização da execução orçamental e da aplicação dos fundos públicos.

A eficiência e eficácia na execução da despesa pública constituem preocupações centrais da presente reforma. Procura-se, por conseguinte, reforçar os mecanismos de controlo interno e de prestação de contas, bem como clarificar as competências dos diversos órgãos em matéria de gestão financeira e patrimonial. Estas medidas visam assegurar que os recursos públicos alocados à Região sejam aplicados de forma rigorosa, transparente e orientada para a obtenção de resultados concretos em benefício das populações.

Assim,

O Governo decreta, nos termos do n.º 4 do artigo 4.º, do artigo 9.º-A, do n.º 3 do artigo 5.º e do n.º 4 do artigo 15.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Objeto

O presente diploma procede à concretização dos poderes de tutela sobre a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, à definição da amplitude de autonomia administrativa de que esta goza, a regulação da sua atividade programática e à aprovação das regras de organização e funcionamento dos respetivos órgãos.

Artigo 2.º Definição

A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno é uma pessoa coletiva territorial, de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial adequada à prossecução das suas atribuições legais.

Artigo 3.º Sede

A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno tem sede em Pante Macáassar.

Artigo 4.º Atribuições

1. A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno prossegue as atribuições previstas no artigo 5.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro.
2. A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, prossegue ainda as atribuições e os seus órgãos exercem as competências previstas nos artigos 7.º a 18.º do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 34/2025, de 15 de outubro, com as devidas adaptações.

3. A prossecução das atribuições e o exercício das competências previstas nos números anteriores é regulamentada através de diplomas ministeriais conjuntos do membro do governo responsável pela administração estatal, dos membros do Governo relevantes em razão das atribuições e competências a regulamentar e do Primeiro-Ministro.
4. A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno poderá prosseguir outras atribuições e os seus órgãos exercerem outras competências, mediante delegação, formalizada através da celebração de contrato interadministrativo.
5. Aos contratos interadministrativos a que se refere o número anterior é aplicável o previsto no n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 34/2025, de 15 de outubro.

CAPÍTULO II SUPERINTENDÊNCIA E TUTELA

Artigo 5.º Superintendência e tutela

1. A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno prossegue as suas atribuições e os respetivos órgãos exercem as suas competências legais, nos termos do presente diploma, sob a superintendência e tutela do Primeiro-Ministro.
2. Sem prejuízo do previsto no artigo 4.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro, no exercício dos respetivos poderes de superintendência e tutela, compete ao membro do Governo previsto no número anterior:
 - a) Definir as orientações e emitir diretrizes gerais tendo em vista a prossecução das atribuições Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno;
 - b) Propor ao Conselho de Ministros a aprovação do Plano de Desenvolvimento Regional;
 - c) Homologar, através de diploma ministerial, o regulamento de organização dos serviços da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, bem como as alterações ao mesmo;
 - d) Homologar, através de diploma ministerial, o quadro e o mapa de pessoal, bem como as alterações aos mesmos;
 - e) Homologar, através de diploma ministerial, o plano de ação, o plano de aprovisionamento e o plano de formação anual de recursos humanos, bem como as alterações aos mesmos;
 - f) Homologar, através de diploma ministerial, o relatório periódico de execução do plano de ação anual, do plano de aprovisionamento e do plano de formação de recursos humanos;

- g) Propor ao Conselho de Ministros a nomeação dos membros da Autoridade e o Presidente;
- h) Praticar, em substituição, os atos que sejam legalmente devidos pelos órgãos da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, em caso de omissão ou inércia;
- i) Decidir os recursos tutelares interpostos dos atos praticados pelos órgãos regionais, incluindo a revogação ou substituição dos mesmos;
- j) Ordenar a realização de inquéritos, sindicâncias e auditorias externas ao funcionamento dos órgãos e serviços regionais;
- k) Autorizar a celebração de acordos de cooperação com pessoas coletivas nacionais, estrangeiras ou internacionais;
- l) Exercer as demais competências previstas na lei ou em regulamentos administrativos relativas ao exercício de poderes de superintendência e tutela.

3. As competências previstas no número anterior ficam delegadas no membro do Governo responsável pela administração estatal.

CAPÍTULO III ÓRGÃOS

Secção I Disposições gerais

Artigo 6.º Enumeração

São órgãos da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno:

- a) A Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno;
- b) O Presidente da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno;
- c) O Conselho Consultivo da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Secção II Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno

Artigo 7.º Definição e competências

- 1. A Autoridade é o órgão deliberativo da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.
- 2. Compete à Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno exercer as competências previstas no n.º 2 do artigo 16.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de

10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro, sem prejuízo de outras previstas em lei ou regulamento administrativo ou que lhe sejam superiormente determinadas pela tutela.

Artigo 8.º Composição

- 1. A Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno tem a composição prevista no n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro.
- 2. Nas reuniões da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno podem participar, sem direito de voto, outras personalidades que para o efeito sejam convidadas pelo Presidente ou pela tutela.

Artigo 9.º Funcionamento

- 1. A Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno reúne ordinariamente uma vez por quinzena e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu presidente, por iniciativa própria ou determinação da tutela.
- 2. Ao funcionamento da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno aplica-se o disposto no Decreto-Lei n.º 30/2020, de 29 de julho, sobre o funcionamento dos órgãos colegiais.
- 3. Das reuniões da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno são lavradas atas, nas quais se documenta tudo o que de mais relevante tiver sido discutido ou deliberado durante as mesmas, as quais, depois de lidas e aprovadas, são assinadas por todos os membros presentes e remetidas para a tutela.

Secção III Presidente da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno

Artigo 10.º Definição

O Presidente é o órgão executivo da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Artigo 11.º Competências

- 1. O Presidente da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno exerce as competências previstas no artigo 22.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro, assim como as previstas nos números seguintes.
- 2. Compete ao Presidente, em matéria de representação:
 - a) Representar a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno;

- b) Velar pelo cumprimento da Constituição e das leis por parte da administração regional;
 - c) Auscultar e coordenar com as organizações comunitárias e as organizações não governamentais a realização de iniciativas junto da população da região;
 - d) Assegurar aos líderes comunitários o apoio da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno no que os mesmos necessitem para o exercício das respetivas competências legais e costumeiras.
3. Compete ao Presidente, em matéria de planeamento:
- a) Apresentar à tutela, para aprovação através de resolução do Governo, o plano de desenvolvimento regional e as respetivas correções e atualizações e promover e coordenar a sua execução;
 - b) Propor ao membro do Governo com competência na área do apoio e promoção socioeconómica da mulher, para aprovação, o plano de ação de género, bem como as respetivas correções e atualizações;
 - c) Propor aos membros do Governo competentes em razão das matérias as medidas necessárias para a harmonização dos planos estratégicos e planos de ação dos respetivos ministérios com o plano de desenvolvimento regional e os planos de ação anuais da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.
4. Compete ao Presidente, em matéria de licenciamento:
- a) Conceder licenças de exercício de atividade económica aos vendedores ambulantes;
 - b) Conceder licenças para a realização de feiras.
5. Compete ao Presidente, em matéria de higiene e ordem pública:
- a) Decidir a aplicação de coimas e definir a respetiva medida pela prática de infrações ao Decreto-Lei n.º 33/2008, de 27 de agosto, republicado pelo Decreto-Lei n.º 3/2024, de 17 de janeiro, bem como ordenar o cumprimento de uma ou mais medidas previstas no n.º 4 do artigo 6.º daquele diploma;
 - b) Comunicar à Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar os factos passíveis de constituir infrações ao abastecimento público, bem como a identificação dos alegados autores, se conhecida;
 - c) Autorizar, a requerimento de particulares, ou ordenar, com fundamento em exigências de segurança pública ou de proteção civil, o encerramento temporário de estradas, pontes, jardins, parques urbanos ou arruamentos sitos em aglomerados populacionais e notificar a decisão à Polícia Nacional de Timor-Leste;
 - d) Autorizar a cedência temporária de utilização para fins privados de jardins e parques localizados no interior dos aglomerados populacionais;
- e) Autorizar o enterro de cadáveres em cemitérios públicos e ceder o terreno cemiterial necessário para esse efeito;
 - f) Autorizar a instalação temporária de quaisquer estruturas amovíveis em espaços públicos.
6. Compete ao Presidente, em matéria de gestão administrativa e financeira:
- a) Apresentar Autoridade as propostas de plano de ação anual, de orçamento anual, de plano de aprovisionamento e de plano de formação anual dos recursos humanos, bem como as respetivas correções e atualizações e promover e coordenar a execução dos mesmos;
 - b) Zelar pelo cumprimento das regras de execução orçamental;
 - c) Autorizar a realização de despesa paga com contrapartida nas dotações orçamentais da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, sujeita à aprovação da tutela quando seja superior a US\$ 500.000;
 - d) Decidir a abertura de procedimentos de aprovisionamento destinados à adjudicação de contratos públicos, sujeita à autorização da tutela quando tenham valor superior a USD 500 000;
 - e) Adjudicar e assinar contratos públicos, sujeitos à autorização da tutela quando tenham valor superior a USD 500 000;
 - f) Enviar à tutela os relatórios trimestrais, semestrais e anuais de evolução da execução física e financeira do plano de ação anual;
 - g) Enviar à tutela e ao Ministério das Finanças os relatórios trimestrais, semestrais e anuais de execução do orçamento regional;
 - h) Ordenar a emissão e o envio ao Ministério Público das certidões a que alude o n.º 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de agosto, relativamente às receitas do Estado ou da Região cuja arrecadação legalmente lhe incumba;
 - i) Ordenar a realização das diligências legais e necessárias para tomar posse administrativa das coisas devidas à administração e que não hajam sido entregues por quem a isso estava obrigado;
 - j) Ordenar a notificação dos particulares obrigados à prática de atos para a prestação de factos fungíveis, fixar prazo para o efeito e ordenar a respetiva execução, nos termos e ao abrigo do disposto nos n.os 2 e 3 do artigo 67.º do Decreto-Lei n.º 32/2008, de 27 de agosto;
 - k) Decidir as reclamações apresentadas aos atos administrativos que haja praticado e os recursos hierárquicos interpostos dos atos administrativos, praticados pelos órgãos regionais que de si hierarquicamente dependam;

- l) Receber e remeter para a tutela os recursos tutelares interpostos dos seus atos administrativos;
- m) Autorizar a cedência temporária de espaços de venda a retalho nos mercados geridos pela Região;
- n) Assinar o expediente e a correspondência da Região, assim como resolver todos os casos concretos que a esta sejam submetidos e cuja decisão sobre os mesmos não incumba a outro órgão ou serviço da administração regional ou da administração central.

7. Compete ao Presidente, em matéria de gestão de recursos humanos:

- a) Dirigir, orientar e controlar a atividade dos dirigentes regionais que lhe estejam hierarquicamente subordinados;
- b) Nomear os membros do seu gabinete de apoio técnico e dirigir, orientar e controlar a sua atividade;
- c) Informar regularmente a tutela sobre as atividades realizadas e sobre o modo de funcionamento da Região;
- d) Apresentar à Autoridade e remeter para a tutela, para homologação, o plano anual de formação dos recursos humanos e as respetivas correções e alterações, e promover a sua execução;
- e) Promover a instauração de procedimentos disciplinares contra quaisquer funcionários, agentes ou trabalhadores da Administração Regional e relativamente aos quais existam indícios da prática de infrações disciplinares e promover a aplicação da pena em que sejam condenados;
- f) Determinar o serviço em que cada funcionário agente ou trabalhador da Administração Pública, afeto ao mapa de pessoal da Região;
- g) Coordenar e controlar o procedimento de avaliação do desempenho dos recursos humanos da Região, zelando pela sua execução tempestiva;
- h) Deferir ou indeferir os requerimentos de avaliação extraordinária dos recursos humanos da administração regional;
- i) Homologar as classificações obtidas pelos recursos humanos da administração regional;
- j) Propor o destacamento, a transferência ou o recrutamento de recursos humanos para os serviços da Região.

8. O Presidente pode delegar as competências previstas nos n.ºs 1 a 6 nos Secretários Regionais ou nos dirigentes dos serviços regionais.

9. O Presidente presta aos órgãos da administração central os esclarecimentos e informações por estes solicitados acerca da evolução da execução das políticas públicas e dos programas implementados na região.

10. A tutela pode apoiar as atividades do Presidente, designadamente através da prestação ao mesmo de assistência técnica especializada por intermédio dos serviços que daquele dependam.

Secção IV Secretários Regionais

Artigo 12.º Definição e número

1. Os Secretários Regionais são órgãos administrativos coadjuvantes do Presidente no exercício das respetivas funções.

2. Sem prejuízo do previsto no n.º 2 do artigo 17.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro, deverá ser nomeado:

- a) Um Secretário Regional de Administração e Finanças;
- b) Um Secretário Regional para o Planeamento e Desenvolvimento;
- c) Um Secretário Regional para os Assuntos Sociais e Organizações Comunitárias.

Artigo 13.º Competências

Os Secretários Regionais não exercem competências próprias, exercendo, em cada caso, as competências que lhes sejam delegadas pelo Presidente.

Secção V Conselho Consultivo

Artigo 14.º Definição

O Conselho Consultivo é o órgão consultivo do Presidente da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Artigo 15.º Competências

O Conselho Consultivo exerce as competências previstas no artigo 43.º do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 34/2025, de 15 de outubro, com as devidas adaptações.

Artigo 16.º Composição

1. O Conselho Consultivo é composto:

- a) Pelo Presidente da Região;
- b) Pelos Secretários Regionais;
- c) Pelos Chefes de Suco que exerçam funções na região;

- d) Por dois representantes dos antigos combatentes da libertação nacional;
- e) Por dois representantes do setor privado da economia;
- f) Por dois representantes dos grupos de intelectuais que funcionam na região;
- g) Por dois representantes da juventude;
- h) Por dois representantes das confissões religiosas;
- i) Por duas representantes das organizações promotoras da igualdade de género;
- j) Por um representante de cada partido político com representação no Parlamento Nacional;
- k) Por um *Lian nain*;
- l) Por um representante da Comissão da Função Pública.

2. O previsto nos n.ºs 2 a 6 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 34/2025, de 15 de outubro, é aplicável ao Conselho Consultivo com as devidas adaptações.

Artigo 17.º **Funcionamento**

Aplicam-se ao Conselho Consultivo da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, com as devidas adaptações, o disposto no artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 34/2025, de 15 de outubro.

CAPÍTULO IV **SERVIÇOS**

Artigo 18.º **Definição e criação**

1. Os serviços regionais são estruturas de apoio aos órgãos da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.
2. Os serviços regionais são criados por diploma ministerial da tutela.
3. A criação e extinção de serviços administrativos deve ter fundamento o volume, complexidade e especificidade dos atos materiais de administração que pelos mesmos devam ser executados.
4. Os serviços administrativos da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno organizam-se em direções, departamentos e secções.
5. O disposto no n.º 2 do artigo 3.º e o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 25/2016, de 29 de junho, republicado pelo Decreto-Lei n.º 7/2024, de 24 de janeiro, não são aplicáveis à criação de serviços regionais.

Artigo 19.º **Gabinete de Apoio Técnico**

1. O Gabinete de Apoio Técnico é o serviço de apoio direto ao Presidente, incumbindo-lhe a execução de tarefas de carácter organizativo, técnico ou protocolar.
2. O Gabinete de Apoio Técnico é composto por um chefe de gabinete, por um secretário, por um máximo de três assessores e por um máximo de dois motoristas.
3. Os membros do Gabinete de Apoio Técnico são livremente nomeados e exonerados pelo Presidente, mediante despacho publicado na Série II do *Jornal da República*.
4. Os membros do Gabinete de Apoio Técnico auferem as remunerações previstas para os membros dos Gabinetes de Apoio Técnico das Autoridades Municipais.
5. O regime dos gabinetes ministeriais é aplicável, com as devidas adaptações, ao Gabinete de Apoio Técnico.

CAPÍTULO V **RECURSOS HUMANOS**

Artigo 20.º **Quadro e mapa de pessoal**

1. A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno dispõe de quadro de pessoal próprio, estruturado de acordo com as necessidades permanentes dos respetivos serviços, o qual é homologado pela tutela, sob proposta do Presidente da Região.
2. A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno dispõe de mapa de pessoal próprio, estruturado de acordo com as necessidades permanentes e transitórias dos respetivos serviços, o qual é homologado pela tutela, sob proposta do Presidente.

Artigo 21.º **Provimento dos quadro e mapa de pessoal**

1. As vagas do quadro de pessoal são preenchidas preferencialmente através de concurso interno, de transferência ou de destacamento de funcionários ou agentes da Administração Pública que desempenhem funções na Administração direta ou noutros organismos da Administração indireta.
2. Ao preenchimento das vagas do quadro de pessoal da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno mediante concurso interno, não se aplica o previsto no n.º 1 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 1/2018, de 24 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 5/2019, de 27 de março.
3. Excecionalmente, em casos devidamente fundamentados e autorizados pela tutela, o Presidente pode requerer à Comissão da Função Pública a abertura de concurso público para o provimento das vagas existentes no quadro de pessoal da Região.

4. As necessidades transitórias de recursos humanos da Região são supridas mediante a celebração de contratos de trabalho a termo certo na Administração Pública.

Artigo 22.º
Dirigentes e chefias

1. Os cargos de direção e chefia dos serviços regionais são criados pelo regulamento de organização e funcionamento desta, não dependendo da supervisão de um número mínimo de funcionários, agentes ou trabalhadores da Administração Pública.
2. Os dirigentes dos serviços regionais são livremente nomeados e exonerados pela tutela, mediante despacho publicado na Série II do *Jornal da República*.
3. As chefias dos serviços regionais são nomeadas e exoneradas nos termos do regime jurídico dos cargos de direção e chefia da Administração Pública, incumbindo ao Presidente promover junto do órgão legalmente competente para o efeito a referida nomeação.
4. Os dirigentes regionais são substituídos, nas suas ausências e impedimentos, pelo dirigente ou chefia que, para o efeito, for designada pelo Presidente.
5. As chefias regionais são substituídas, nas suas ausências e impedimentos, nos termos do regime jurídico dos cargos de direção e chefia da administração pública.

Artigo 23.º
Contratos de trabalho a termo certo

A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno pode recorrer à contratação a termo, conforme previsto no Regime Jurídico dos Contratos de Trabalho a Termo Certo na Administração Pública.

Artigo 24.º
Remuneração

Para efeitos remuneratórios:

- a) O Presidente é equiparado a Presidente de Autoridade Municipal;
- b) Os Secretários Regionais são equiparados a Secretários Municipais;
- c) Os Diretores dos Serviços Regionais são equiparados a Diretores dos Serviços Municipais.

Artigo 25.º
Subsídio para despesas de representação

O Presidente, os Secretários Regionais, os dirigentes e as chefias da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno têm direito a receber um subsídio mensal, pago 12 vezes ao ano, para despesas de representação, no valor de 50% da respetiva remuneração base.

CAPÍTULO VI
INSTRUMENTOS DE GESTÃO, FINANÇAS,
PATRIMÓNIO, APROVISIONAMENTO E
CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Artigo 26.º
Instrumentos de gestão

1. São instrumentos de gestão da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno o:
 - a) “Plano de Desenvolvimento Regional”, documento que define as metas de desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, bem como as medidas de proteção e valorização dos seus recursos endógenos;
 - b) “Plano de Ação Anual”, documento de planeamento que define os objetivos e formas de organização e programação das atividades da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e que procede à identificação dos recursos necessários à sua execução;
 - c) “Plano de Aprovisionamento”, documento que prevê, de forma discriminada, as aquisições de bens, de serviços e de execução de obras a realizar pela da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno;
 - d) “Plano de Formação Anual dos Recursos Humanos”, documento que prevê, de forma discriminada, as ações a desenvolver com vista à melhoria das competências dos recursos humanos da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno para que esta cumpra os seus objetivos e estabeleça outros mais ambiciosos;
 - e) “Orçamento”, documento que prevê, de forma discriminada, as dotações inscritas no Orçamento Geral do Estado para pagamento das despesas decorrentes das atividades realizadas pela Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno na prossecução das respetivas atribuições;
 - f) “Relatório de evolução da execução física e financeira do Plano de Desenvolvimento Regional”, documento que relaciona as ações efetivamente realizadas pela da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno para a concretização das metas estabelecidas pelo “Plano de Desenvolvimento Regional”;
 - g) “Relatório de evolução da execução física e financeira do Plano de Ação Anual”, documento que relaciona as ações efetivamente realizadas pela da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e as metas e indicadores de desempenho concretizados, bem como as despesas realizadas para o efeito;
 - h) “Relatório de evolução da execução física e financeira do Plano de Aprovisionamento”, documento que relaciona os investimentos públicos realizados pela da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e identifica a taxa de execução física e financeira daquele;

- i) “Relatório de evolução da execução física e financeira do Plano de Formação Anual dos Recursos Humanos”, documento que relaciona as ações desenvolvidas com vista à melhoria das competências dos recursos humanos da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.
2. À elaboração e apresentação dos instrumentos de gestão da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno são subsidiariamente aplicáveis as normas relativas aos instrumentos de gestão das Autoridades Municipais, constantes do Estatuto das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização Administrativa.
3. O conteúdo e o procedimento de elaboração dos instrumentos de gestão da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno são regulamentados por diploma ministerial da tutela.

Artigo 27.º
Receitas

A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno arrecada as receitas previstas no artigo 11.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro.

Artigo 28.º
Despesas

1. A Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno executa a despesa necessária à prossecução das respetivas atribuições.
2. A execução de despesa da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno conforma-se com o regime geral de execução da despesa pública.

Artigo 29.º
Património

O património da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno é constituído pelos bens, direitos e obrigações que pela mesma sejam adquiridos, bem como pelos que lhe sejam transferidos ou afetos pelo Estado tendo em vista a prossecução das respetivas atribuições.

Artigo 30.º
Aprovisionamento e contratação pública

Os procedimentos de aprovisionamento e contratação pública da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno seguem o regime que para a mesma se encontra em vigor.

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Artigo 31.º
Transferência de recursos

1. Transferem-se para os serviços da Administração Direta do

Estado os recursos humanos, os processos administrativos, os procedimentos administrativos em curso e o arquivo documental dos serviços da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno que não se mostrem necessários à prossecução das atribuições regionais previstas no presente diploma.

2. O Presidente da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno remete ao membro do Governo competente em razão da matéria, para aprovação, a relação nominal dos recursos humanos e o inventário dos processos administrativos, dos procedimentos administrativos em curso e do arquivo documental a que se refere o número anterior.

3. Em caso de divergência entre o Presidente da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e os membros do Governo relativamente ao teor dos documentos previstos no número anterior, compete à tutela decidir o teor definitivo dos mesmos.

Artigo 32.º
Período transitório

1. O período de transição para a REOA preparar-se com o objetivo de adquirir uma capacidade de gestão dos recursos financeiros atribuídos no OGE é de 1 ano a contar da data da entrada em vigor do presente diploma.
2. A RAEOA deve preparar e apresentar ao Conselho de Ministros, para aprovação, o plano de desenvolvimento regional de 5 anos de implementação dos vários programas inerentes à Governação local, que deve incluir a estrutura orgânica da REOA para aprovação.

Artigo 33.º
Direito subsidiário

Na ausência de disposição expressa prevista no presente diploma ou na Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, alterada pelas Leis n.ºs 3/2019, de 15 de agosto, 2/2022, de 10 de fevereiro, e 18/2023, de 30 de novembro, aplicam-se à Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno as normas jurídicas constantes do Decreto-Lei n.º 3/2016, de 16 de março, e respetivas alterações.

Artigo 34.º
Norma revogatória

É revogado o Decreto-Lei n.º 5/2015, de 22 de janeiro, republicado pelo Decreto-Lei n.º 93/2022, de 22 de dezembro, salvo os artigos 50.º e 52.º sobre os institutos públicos e fundações regionais e sobre as empresas públicas e sociedades regionais.

Artigo 35.º
Entrada em vigor e produção de efeitos

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de fevereiro de 2026.

Aprovado em Conselho de Ministros em 30 de janeiro de 2026.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

Promulgado em 30/1/2026.

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

DECRETO-LEI N.º 2/2026

de 2 de Fevereiro

**SEGUNDA ALTERAÇÃO AO DECRETO-LEI N.º 1/2015,
DE 14 DE JANEIRO**

**FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO PARA A
REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE OE-CUSSE
AMBENO**

O Fundo Especial de Desenvolvimento para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno foi criado para financiar projetos estratégicos, anuais ou plurianuais, de carácter social e económico na Região, assegurando que esse financiamento se realize de forma eficiente, segura e transparente.

A experiência de execução e a crescente complexidade técnica, contratual e financeira dos projetos financiados recomendam uma melhoria do modelo de administração, de modo a elevar os padrões de governação, a robustez do controlo, a responsabilização institucional e a disciplina na decisão e na execução da despesa.

Com esse objetivo, o presente diploma substitui o atual Conselho Diretivo por um Conselho de Administração, assegurando uma direção colegial mais alinhada com as políticas públicas setoriais relevantes, mantendo o Fiscal Único enquanto órgão de fiscalização económico-financeira do Fundo.

Relativamente ao regime de carreira e remuneração, bem como aos critérios de desempenho e remuneração complementares e a mobilidade entre os quadros de pessoal do Fundo, regional e nacional, optou-se nesta alteração legislativa, por aplicar o mesmo regime geral da função pública, que era aplicado aos funcionários e agentes da administração pública em serviço no Fundo.

Simultaneamente, é previsto um período de transição que permita a transferência ordenada de responsabilidades e de processos em curso, evitando ruturas na execução orçamental e contratual.

Assim,

O Governo decreta, nos termos da alínea e) e o) dos n.ºs 1 e 3 do artigo 115.º da Constituição da República, e do n.º 2 do artigo 35.º da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, na redação em vigor, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Objeto

O presente diploma procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 1/2015, de 14 de janeiro, que regula o Fundo Especial de Desenvolvimento para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

Artigo 2.º
Alteração ao Decreto-Lei n.º 1/2015, de 14 de janeiro

Os artigos 4.º, 6.º, 7.º, 8.º, 9.º, 15.º, 16.º e 19.º do Decreto-Lei n.º 1/2015, de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2024, de 30 de dezembro, passam a ter a seguinte redação:

“Artigo 4.º
Atribuições

O Fundo tem por atribuições financiar programas e projetos, anuais e plurianuais, de carácter socioeconómico, destinados ao desenvolvimento na Região, nomeadamente nas seguintes áreas:

- a) Infraestruturas de comunicações, nomeadamente rodoviárias, portuárias e aeronáuticas;
- b) Infraestruturas de telecomunicações;
- c) Infraestruturas de água e saneamento, nomeadamente para o desenvolvimento de sistemas públicos de abastecimento de água, sistemas públicos de saneamento de águas residuais e esgotos, sistemas públicos de saneamento de resíduos sólidos, e sistemas públicos de captação, armazenagem, transporte de água e irrigação para fins agrícolas;
- d) Infraestruturas para fins sociais e culturais, nomeadamente hospital, centros ou postos de saúde, estabelecimentos de ensino e formação profissional, equipamentos coletivos desportivos, culturais ou de lazer, habitação social, cemitérios públicos, instalações de apoio a grupos populacionais vulneráveis, jardins e parques;

- e) Infraestruturas de energia, nomeadamente centrais de geração de energia, redes de transporte e distribuição de energia, armazenamento e distribuição de combustíveis, e iluminação pública urbana e rural;
- f) Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da agricultura, silvicultura, pecuária e das pescas;
- g) Participações em sociedades, consórcios, fundações, associações, empreendimentos e projetos no âmbito dos fins definidos para o Fundo;
- h) Edifícios e outras instalações para os serviços públicos da Região e de outras entidades públicas;
- i) Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento turístico;
- j) Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico local, nomeadamente mercados, lotas de pescado, bazares de gado ou armazéns;
- k) Formação de recursos humanos, nomeadamente programas de bolsas de estudo e de formação e qualificação de profissionais em setores estratégicos para o desenvolvimento da Região;
- l) Outras infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da Região.

Artigo 6.º
[...]

O capital do Fundo é constituído pelo valor da dotação orçamental que para o mesmo se encontre prevista e pode ser reforçada nos termos previstos na lei.

Artigo 7.º
[...]

1. A administração do Fundo compete a um Conselho de Administração.
2. O Conselho de Administração é composto por:
 - a) O Ministro das Obras Públicas, na qualidade de Presidente;
 - b) Ministro da Administração Estatal, na qualidade de Vice-presidente;
 - c) O Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico;
 - d) O Ministro das Finanças;
 - e) O Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno;
 - f) Outros membros do Governo relevantes quando convocados pelo Presidente.
3. O Conselho de Administração pode deliberar em reuniões presenciais ou por meios eletrónicos, devendo, em qualquer caso, ser assegurada a autenticidade, a integridade e o registo das deliberações.

4. Compete ao Conselho de Administração:

- a) Avaliar e aprovar as propostas de financiamento de projetos estratégicos, anuais ou plurianuais, de carácter social e económico de acordo com os fins e atribuições do Fundo;
- b) Assegurar a implementação da política e estratégia de financiamento de projetos aprovados, bem como adotar os programas de financiamento para a sua execução;
- c) Estabelecer os critérios de aprovação de projetos para financiamento pelo Fundo, bem como a respetiva estimativa de custos;
- d) Aprovar as opções de financiamento de cada projeto;
- e) Coordenar a preparação da proposta de orçamento anual do Fundo e aprová-la para submissão à tutela, a fim de que se inscreva na proposta do orçamento anual regional a ser submetida ao Parlamento Nacional, no quadro da aprovação do Orçamento Geral do Estado;
- f) Aprovar os planos e relatórios de atividades e de gestão e contas anuais do Fundo;
- g) Autorizar a despesa dos projetos e programas a financiar através do Fundo;
- h) Acompanhar a execução dos financiamentos a projetos e programas aprovados pelo Fundo;
- i) Aprovar a organização dos serviços do Fundo.

5. O Conselho de Administração pode delegar no seu Presidente, Vice-Presidente, ou em ambos, a prática de atos de gestão corrente, nos termos e limites que fixar em deliberação.

6. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou Vice-presidente, ou a pedido da maioria dos seus membros.

7. O Conselho de Administração delibera por maioria simples dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade.

8. As deliberações do Conselho de Administração são fundamentadas e lavradas em ata.

9. O Fundo tem sede em Oe-Cusse Ambeno e uma delegação em Díli.

Artigo 8.º
[...]

1. O Fiscal Único é um órgão de fiscalização da gestão económico-financeira do Fundo.

2. Compete ao Fiscal Único:

- a) Fiscalizar a gestão económico-financeira do Fundo, nomeadamente através da promoção de auditorias internas e externas;

b) Examinar contas, balanços e documentos da contabilidade, emitindo parecer que será encaminhado ao Conselho de Administração;

c) Exercer o controlo interno, podendo, para tanto, proceder ao exame de livros, documentos, escrituração contabilística e administrativa, e demais providências que sejam consideradas necessárias;

d) Deliberar sobre as contas respeitantes ao ano anterior remetidas pelo Presidente do Conselho de Administração;

e) Deliberar, semestralmente, sobre o balancete das contas acompanhado de informações sumárias sobre as atividades do Fundo.

3. O Fiscal Único é designado por despacho conjunto do membro do Governo responsável por assuntos económicos e do Ministro das Finanças, não podendo integrar qualquer órgão do Fundo.

4. A remuneração do Fiscal Único é definida nos termos do Decreto-Lei n.º 92/2022, de 22 de dezembro, sobre remuneração e provimento dos titulares dos órgãos da Administração Indireta do Estado.

Artigo 9.º
[...]

1. O Fundo é dotado de recursos humanos necessários para a respetiva gestão técnica e financeira, e para o aconselhamento e execução das atividades do Conselho de Administração, devendo este criar progressivamente capacidade para o efeito.

2. O Conselho de Administração assegura a criação, organização e funcionamento no Fundo de serviços administrativos e de secretariado próprios.

3. O membro do Governo com a tutela e a superintendência do Fundo aprova, por diploma ministerial, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, o regulamento interno de organização e funcionamento dos serviços do Fundo.

Artigo 15.º
Execução orçamental

1. O Conselho de Administração é competente para autorizar a realização de despesa e a abertura de procedimento de aprovisionamento de contratos financiados pelo Fundo até US\$ 10.000.000.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior compete ao Conselho de Ministros autorizar a realização de despesas e a abertura de procedimentos de aprovisionamento de contratos financiados pelo Fundo de valor superior a US\$ 10.000.000.

3. Excluindo a autorização de despesa que não ultrapasse US\$ 10.000.000, a verificação da inscrição e cabimentação

orçamental e a autorização de pagamento, os restantes atos de execução de despesa são realizados pelo órgão ou serviço da entidade beneficiária legalmente competente, nos termos do regime de gestão financeira pública.

4. Os pagamentos a realizar pelo Fundo são processados pelo Fundo através da conta oficial, com informação ao Conselho de Administração.

Artigo 16.º
[...]

1. O aprovisionamento no âmbito do Fundo é realizado nos termos do diploma que aprova o regime jurídico do aprovisionamento.

2. Nos projetos e programas a financiar através do Fundo, consideram-se entidades adjudicantes, as entidades beneficiárias do financiamento.

Artigo 19.º
[...]

1. O regime de carreira e remuneração, os critérios de desempenho e remuneração complementares e a mobilidade entre os quadros de pessoal do fundo e dos funcionários e agentes da administração pública em serviço no Fundo aplica-se o regime geral da função pública, nos termos estabelecidos para vigorar nos serviços da administração pública da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, em consulta com a Comissão da Função Pública.

2. O Fundo dispõe de quadro de pessoal próprio, aprovado pela tutela, sob proposta do Conselho de Administração, que deve refletir o modelo nacional dos quadros de pessoal ajustado às especificidades justificadas pela atividade.”

Artigo 3.º
Aditamento ao Decreto-Lei n.º 1/2015, de 14 de janeiro

É aditado ao Decreto-Lei n.º 1/2015, de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2024, de 30 de dezembro, os artigos 5.º-A, 5.º-B, 8.º-A e 22.º-A, com a seguinte redação:

“Artigo 5.º-A
Incidência territorial dos projetos e programas financiados pelo Fundo

O Fundo financia exclusivamente projetos de investimentos em infraestruturas localizadas no território da Região e programas de apoio à capacitação e formação de recursos humanos que desenvolvam atividade profissional, social ou cooperativa no referido território.

Artigo 5.º-B
Projetos em infraestruturas elegíveis para financiamento pelo Fundo em função do valor

1. O Fundo financia exclusivamente projetos em infraestruturas com valor estimado superior a US\$ 70.000.

2. Os projetos de infraestruturas que impliquem um investimento público não superior a US\$ 70.000 são financiados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS).

Artigo 8.º-A
Secretariado dos Projetos da RAEOA

1. Ao Secretariado dos Projetos da RAEOA compete prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Administração do Fundo, praticando os atos materiais de instrução, preparação da decisão e execução das deliberações necessários à prossecução dos fins do Fundo, com economia, eficácia e eficiência.
2. O Secretariado dos Projetos da RAEOA é dirigido por um Diretor livremente nomeado e exonerado pela tutela, sob proposta do Conselho de Administração.
3. Compete ao Diretor do Secretariado dos Projetos da RAEOA apoiar as deliberações do Conselho de Administração e assegurar, nomeadamente:
 - a) Os atos de gestão corrente do Secretariado e do Fundo, nomeadamente verificação da inscrição e cabimento orçamental, autorização de pagamento;
 - b) Elaboração da ata das reuniões do Conselho de Administração;
 - c) Preparação de proposta de plano e orçamento do Fundo sob a Coordenação do Conselho de Administração;
 - d) As relações institucionais com as entidades públicas da RAEOA e do Governo central;
 - e) A submissão à aprovação ou à autorização do Conselho de Administração dos atos que dela careçam;
 - f) A participação nas reuniões do Conselho de Administração;
 - g) O exercício das competências que lhe forem delegadas pelo Conselho de Administração.
4. O Diretor do Secretariado dos Projetos da RAEOA é nomeado pelo Conselho de Administração do Fundo, por um período de dois anos, renováveis por igual período, com base em avaliação de desempenho competente e exerce funções a tempo inteiro e em regime de exclusividade, nos termos aplicáveis.
5. A tutela aprova, por diploma ministerial, sob proposta do Conselho de Administração, o regulamento interno de organização e funcionamento do Fundo e do Secretariado dos Projetos da RAEOA.

Artigo 22.º-A
Norma transitória

1. O Conselho de Administração é considerado instalado com

a realização da sua primeira reunião, convocada para o efeito pelo Ministro das Obras Públicas ou pelo Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.

2. A instalação do Conselho de Administração deve ocorrer no prazo de 30 dias a contar da entrada em vigor do presente diploma.
3. A partir da instalação do Conselho de Administração, cessam automaticamente as funções do Conselho Diretivo, transitando para o novo órgão os processos, contratos, direitos e obrigações em curso, sem necessidade de quaisquer formalidades adicionais.
4. As deliberações, decisões e atos praticados pelo Conselho Diretivo durante o período referido no n.º 3 mantêm-se válidos e eficazes.”

Artigo 4.º
Republicação

É republicado em anexo ao presente diploma, o Decreto-Lei n.º 1/2015, de 14 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2024, de 30 de dezembro, com a redação atual e as necessárias correções gramaticais e de legística e do qual faz parte integrante.

Artigo 5.º
Entrada em vigor

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação, produzindo efeitos a 1 de fevereiro de 2026.

Aprovado em Conselho de Ministros em 30 de janeiro de 2026.

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

Promulgado em 30/1/2026.

Publique-se.

O Presidente da República,

José Ramos-Horta

Anexo
(a que se refere o artigo 4.º)

DECRETO-LEI N.º 1/2015

de 14 de janeiro

FUNDO ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO

No seguimento da entrada em vigor da Lei n.º 3/2014, de 18 de junho, que Cria a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e estabelece a Zona Especial de Economia Social de Mercado surge a necessidade criar o Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno no âmbito do quadro institucional da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno e do estabelecimento da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro.

Este Fundo destina-se a financiar a implementação de um conjunto de projetos e planos de desenvolvimento na Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, bem como da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro.

O Fundo atende às necessidade de financiamento de projetos estratégicos plurianuais de carácter social e económico tanto na parcela territorial da Região de Oe-Cusse Ambeno, como pessoa coletiva de base territorial distinta do Estado, enquanto implementação nesta de uma economia social de mercado, como na parcela territorial de Ataúro, polo complementar de desenvolvimento, abrangida pelo programa da implementação da economia social de mercado, o que conduz a que ambas as parcelas territoriais estejam qualificadas por lei como Zonas Especiais de Economia Social de Mercado, presentemente numa fase de Projeto Piloto.

Pretende-se, com o Fundo Especial de Desenvolvimento, permitir que o Estado e a Região financiem projetos na Região de Oe-Cusse Ambeno e em Ataúro, que se enquadrem na política e nos programas de implementação da Zona Especial de Economia Social de Mercado de Oe-Cusse Ambeno e Ataúro, bem como assegurar que esse financiamento de realize de forma eficiente, segura e transparente.

Assim,

O Governo decreta, nos termos da alínea e) e o) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 115.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º
Objeto e âmbito

1. O presente Decreto-Lei tem por objeto a regulamentação do Fundo Especial de Desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, abreviadamente designado por Fundo.

2. A regulamentação objeto do presente Decreto-Lei abrange a natureza, fins, objetivos, administração, gestão administrativa, financeira, patrimonial e operacional do Fundo, assim como o aprovisionamento e fiscalização administrativa e financeira.
3. A regulamentação objeto do presente diploma, no âmbito referido no número anterior, contempla em especial a atuação do Fundo na Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, prevendo a possibilidade da sua participação em outras zonas de Timor-Leste e no estrangeiro, no interesse económico e financeiro da Região.

Artigo 2.º
Natureza

O Fundo Especial de Desenvolvimento para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno (Fundo) é um instituto público dotado de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 3.º
Regime jurídico

1. O Fundo rege-se pelas disposições do presente diploma, pela legislação aplicável à gestão financeira, pelas normas próprias da Administração Pública e dos funcionários e agentes públicos, bem com pela demais legislação aplicável.
2. O Fundo é tutelado pelo Primeiro-Ministro, como órgão administrativo e financeiro, no quadro das competências ora estabelecidas para administração do Fundo, nos termos do n.º 4 do artigo 4º da Lei 3/2014 de 18 de junho, alterada pela Lei n.º 3/2019, de 15 de agosto, pela Lei n.º 2/2022, de 10 de fevereiro e pela Lei n.º 18/2023, de 30 de novembro.

Artigo 4.º
Atribuições

O Fundo tem por atribuições financiar programas e projetos, anuais e plurianuais, de carácter socioeconómico, destinados ao desenvolvimento na Região, nomeadamente nas seguintes áreas:

- a) Infraestruturas de comunicações, nomeadamente rodoviárias, portuárias e aeronáuticas;
- b) Infraestruturas de telecomunicações;
- c) Infraestruturas de água e saneamento, nomeadamente para o desenvolvimento de sistemas públicos de abastecimento de água, sistemas públicos de saneamento de águas residuais e esgotos, sistemas públicos de saneamento de resíduos sólidos, e sistemas públicos de captação, armazenagem, transporte de água e irrigação para fins agrícolas;
- d) Infraestruturas para fins sociais e culturais, nomeadamente hospital, centros ou postos de saúde, estabelecimentos de ensino e formação profissional, equipamentos coletivos desportivos, culturais ou de lazer, habitação social, cemitérios públicos, instalações de apoio a grupos populacionais vulneráveis, jardins e parques;

- e) Infraestruturas de energia, nomeadamente centrais de geração de energia, redes de transporte e distribuição de energia, armazenamento e distribuição de combustíveis, e iluminação pública urbana e rural;
- f) Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento da agricultura, silvicultura, pecuária e das pescas;
- g) Participações em sociedades, consórcios, fundações, associações, empreendimentos e projetos no âmbito dos fins definidos para o Fundo;
- h) Edifícios e outras instalações para os serviços públicos da Região e de outras entidades públicas;
- i) Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento turístico;
- j) Infraestruturas de apoio ao desenvolvimento económico local, nomeadamente mercados, lotas de pescado, bazares de gado ou armazéns;
- k) Formação de recursos humanos, nomeadamente programas de bolsas de estudo e de formação e qualificação de profissionais em setores estratégicos para o desenvolvimento da Região;
- l) Outras infraestruturas necessárias ao desenvolvimento da Região.

Artigo 5.º **Objetivos**

São objetivos do Fundo:

- a) A implementação de uma zona económica especial, nos termos da lei;
- b) Assegurar o financiamento dos investimentos públicos em infraestruturas e formação de recursos humanos;
- c) Garantir a devida preparação e segurança na negociação e financiamento de projetos plurianuais;
- d) Garantir a prestação de suporte técnico e jurídico de qualidade na contratação necessária à realização de projetos do seu âmbito de financiamento;
- e) Promover a eficiência, transparência e a responsabilidade relativamente à execução dos programas e projetos de infraestruturas e de capital humano financiados pelo Fundo;
- f) Garantir que os projetos e programas contratados sob financiamento do Fundo sejam devidamente geridos, monitorados e fiscalizados;
- g) Assegurar o cadastro, gestão, manutenção e operação das infraestruturas públicas e bens operacionais e de exploração, bem como equipamentos que tenha financiado, assim como os do domínio público de cuja gestão tenha sido responsabilizado pelo Estado através da Região ou pela Região, relativamente aos que estejam sob sua autoridade direta;

- h) Gerir as participações da Região em sociedades, consórcios, fundações, associações, empreendimentos e projetos, no âmbito dos fins definidos para o Fundo e tomar, como próprias, as participações sociais e financeiras que como tal tenham sido aprovadas previamente pela Autoridade;
- i) Apoiar a Região no desenvolvimento de um ambiente de negócios favorável ao investimento nacional e internacional privados na prossecução dos fins do Fundo;
- j) Promover e financiar ações, programas e projetos que desenvolvam o empreendedorismo e cidadania timorense das comunidades, cidadãos e empresas na Região;
- k) Financiar, por si ou em parceria, a atribuição de bolsas de estudo e ações de formação de recursos humanos para as atividades da administração regional e projetos patrocinados pela Região, através do serviço respetivo, com prioridade para os que se enquadrem nos objetivos do Fundo, podendo inscrever tais ações em contratos programa a serem celebrados com a Administração do Fundo.

Artigo 5.º-A

Incidência territorial dos projetos e programas financiados pelo Fundo

O Fundo financia exclusivamente projetos de investimentos em infraestruturas localizadas no território da Região e programas de apoio à capacitação e formação de recursos humanos que desenvolvam atividade profissional, social ou cooperativa no referido território.

Artigo 5.º-B

Projetos em infraestruturas elegíveis para financiamento pelo Fundo em função do valor

1. O Fundo financia exclusivamente projetos em infraestruturas com valor estimado superior a US\$ 70.000.
2. Os projetos de infraestruturas que impliquem um investimento público não superior a US\$ 70.000 são financiados pelo Programa Nacional de Desenvolvimento dos Sucos (PNDS).

Artigo 6.º **Capital**

O capital do Fundo é constituído pelo valor da dotação orçamental que para o mesmo se encontre prevista e pode ser reforçada nos termos previstos na lei.

CAPÍTULO II **ESTRUTURA ORGÂNICA**

Artigo 7.º **Administração**

1. A administração do Fundo compete a um Conselho de Administração.
2. O Conselho de Administração é composto por:

- a) O Ministro das Obras Públicas, na qualidade de Presidente;
- b) Ministro da Administração Estatal, na qualidade de Vice-presidente;
- c) O Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico;
- d) O Ministro das Finanças;
- e) O Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno;

- f) Outros membros do Governo relevantes quando convocados pelo Presidente.

3. O Conselho de Administração pode deliberar em reuniões presenciais ou por meios eletrónicos, devendo, em qualquer caso, ser assegurada a autenticidade, a integridade e o registo das deliberações.

4. Compete ao Conselho de Administração:

- a) Avaliar e aprovar as propostas de financiamento de projetos estratégicos, anuais ou plurianuais, de carácter social e económico de acordo com os fins e atribuições do Fundo;
- b) Assegurar a implementação da política e estratégia de financiamento de projetos aprovados, bem como adotar os programas de financiamento para a sua execução;
- c) Estabelecer os critérios de aprovação de projetos para financiamento pelo Fundo, bem como a respetiva estimativa de custos;
- d) Aprovar as opções de financiamento de cada projeto;
- e) Coordenar a preparação da proposta de orçamento anual do Fundo e aprová-la para submissão à tutela, a fim de que se inscreva na proposta do orçamento anual regional a ser submetida ao Parlamento Nacional, no quadro da aprovação do Orçamento Geral do Estado;
- f) Aprovar os planos e relatórios de atividades e de gestão e contas anuais do Fundo;
- g) Autorizar a despesa dos projetos e programas a financiar através do Fundo;
- h) Acompanhar a execução dos financiamentos a projetos e programas aprovados pelo Fundo;
- i) Aprovar a organização dos serviços do Fundo.

5. O Conselho de Administração pode delegar no seu Presidente, Vice-Presidente, ou em ambos, a prática de atos de gestão corrente, nos termos e limites que fixar em deliberação.

6. O Conselho de Administração reúne sempre que convocado pelo seu Presidente ou Vice-presidente, ou a pedido da maioria dos seus membros.

7. O Conselho de Administração delibera por maioria simples dos membros presentes, tendo o Presidente voto de qualidade.

8. As deliberações do Conselho de Administração são fundamentadas e lavradas em ata.

9. O Fundo tem sede em Oe-Cusse Ambeno e uma delegação em Díli.

Artigo 8.º Fiscal Único

1. O Fiscal Único é um órgão de fiscalização da gestão económico-financeira do Fundo.

2. Compete ao Fiscal Único:

- a) Fiscalizar a gestão económico-financeira do Fundo, nomeadamente através da promoção de auditorias internas e externas;
- b) Examinar contas, balanços e documentos da contabilidade, emitindo parecer que será encaminhado ao Conselho de Administração;
- c) Exercer o controlo interno, podendo, para tanto, proceder ao exame de livros, documentos, escrituração contabilística e administrativa, e demais providências que sejam consideradas necessárias;
- d) Deliberar sobre as contas respeitantes ao ano anterior remetidas pelo Presidente do Conselho de Administração;
- e) Deliberar, semestralmente, sobre o balancete das contas acompanhado de informações sumárias sobre as atividades do Fundo.

3. O Fiscal Único é designado por despacho conjunto do membro do Governo responsável por assuntos económicos e do Ministro das Finanças, não podendo integrar qualquer órgão do Fundo.

4. A remuneração do Fiscal Único é definida nos termos do Decreto-Lei n.º 92/2022, de 22 de dezembro, sobre remuneração e provimento dos titulares dos órgãos da Administração Indireta do Estado.

Artigo 8.º-A Secretariado dos Projetos da RAEOA

1. Ao Secretariado dos Projetos da RAEOA compete prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho de Administração do Fundo, praticando os atos materiais de instrução, preparação da decisão e execução das deliberações necessários à prossecução dos fins do Fundo, com economia, eficácia e eficiência.

2. O Secretariado dos Projetos da RAEOA é dirigido por um Diretor livremente nomeado e exonerado pela tutela, sob proposta do Conselho de Administração.

3. Compete ao Diretor do Secretariado dos Projetos da RAEOA apoiar as deliberações do Conselho de Administração e assegurar, nomeadamente:

- a) Os atos de gestão corrente do Secretariado e do Fundo, nomeadamente verificação da inscrição e cabimento orçamental, autorização de pagamento;
 - b) Elaboração da ata das reuniões do Conselho de Administração;
 - c) Preparação de proposta de plano e orçamento do Fundo sob a Coordenação do Conselho de Administração;
 - d) As relações institucionais com as entidades públicas da RAEOA e do Governo central;
 - e) A submissão à aprovação ou à autorização do Conselho de Administração dos atos que dela careçam;
 - f) A participação nas reuniões do Conselho de Administração;
 - g) O exercício das competências que lhe forem delegadas pelo Conselho de Administração.
4. O Diretor do Secretariado dos Projetos da RAEOA é nomeado pelo Conselho de Administração do Fundo, por um período de dois anos, renováveis por igual período, com base em avaliação de desempenho competente e exerce funções a tempo inteiro e em regime de exclusividade, nos termos aplicáveis.
5. A tutela aprova, por diploma ministerial, sob proposta do Conselho de Administração, o regulamento interno de organização e funcionamento do Fundo e do Secretariado dos Projetos da RAEOA.

Artigo 9.º

Assistência técnica e financeira

1. O Fundo é dotado de recursos humanos necessários para a respetiva gestão técnica e financeira, e para o aconselhamento e execução das atividades do Conselho de Administração, devendo este criar progressivamente capacidade para o efeito.
2. O Conselho de Administração assegura a criação, organização e funcionamento no Fundo de serviços administrativos e de secretariado próprios.
3. O membro do Governo com a tutela e a superintendência do Fundo aprova, por diploma ministerial, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, o regulamento interno de organização e funcionamento dos serviços do Fundo.

Artigo 10.º

Apoio administrativo

(Revogado)

CAPÍTULO III GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

Secção I

Orçamento e património

Artigo 11.º

Orçamento do Fundo

A proposta de orçamento do Fundo é apresentada ao Parlamento Nacional como parte do orçamento para a Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, juntamente com a proposta do Orçamento Geral do Estado, nos termos da legislação aplicável.

Artigo 12.º

Receitas e Despesas

1. Constituem receitas do Fundo:

- a) A dotação orçamental atribuída anualmente pela Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado;
- b) Os rendimentos provenientes das participações e financiamentos do Fundo, bem como de contrato de que seja parte;
- c) Os rendimentos dos bens afetos pelo Estado ou pertencentes ao património próprio do Fundo que sejam por ele utilizados no âmbito dos fins patrimoniais da sua afetação ou pertença;
- d) Comparticipações ou donativos por entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, de origem e fins lícitos, no âmbito da prossecução das atribuições e objetivos do Fundo;
- e) Outros rendimentos admitidos por lei ou decreto-lei.

2. Constituem despesas do Fundo:

- a) As decorrentes do funcionamento do Fundo, na prossecução das suas atribuições e objetivos, bem como das competências dos seus órgãos e serviços;
- b) As relativas aos custos de financiamentos e contratos contraídos, bem como da sua preparação, monitoria e fiscalização;
- c) As decorrentes do uso e gestão de bens e equipamento da responsabilidade do Fundo;
- d) Os encargos com a assistência técnica, financeira, administrativa e de secretariado, quer por serviços próprios quer por contratação de terceiros;
- e) Os encargos com as reuniões dos órgãos de administração, técnicos e de fiscalização;
- f) As remunerações do quadro de carreiras e tabela de remunerações do Fundo.

Artigo 13.º
Património

1. O capital de constituição e património próprio do Fundo constituem garantia das suas obrigações e responsabilidades.
2. Integram o património próprio do Fundo os bens e direitos que resultem da prossecução das atividades do âmbito das suas atribuições e objetivos ou que lhe tenham sido concedidos com essa afetação, não se incluindo de entre esses bens e direitos os do domínio público do Estado ou da Região.
3. Pelas dívidas do Fundo respondem apenas o seu património próprio e capital constitutivo.

Secção II
Execução do orçamento e fiscalização

Artigo 14.º
Conta Oficial

1. O Fundo tem uma conta oficial, junto de uma instituição bancária sediada em território nacional, na qual são creditadas todas as receitas e debitadas as despesas do Fundo.
2. A abertura da conta a que se refere o número anterior é autorizada pela tutela, após consulta ao Ministro das Finanças.

Artigo 15.º
Execução orçamental

1. O Conselho de Administração é competente para autorizar a realização de despesa e a abertura de procedimento de aprovisionamento de contratos financiados pelo Fundo até US\$ 10.000.000.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior compete ao Conselho de Ministros autorizar a realização de despesas e a abertura de procedimentos de aprovisionamento de contratos financiados pelo Fundo de valor superior a US\$ 10.000.000.
3. Excluindo a autorização de despesa que não ultrapasse US\$ 10.000.000, a verificação da inscrição e cabimentação orçamental e a autorização de pagamento, os restantes atos de execução de despesa são realizados pelo órgão ou serviço da entidade beneficiária legalmente competente, nos termos do regime de gestão financeira pública.
4. Os pagamentos a realizar pelo Fundo são processados pelo Fundo através da conta oficial, com informação ao Conselho de Administração.

Artigo 16.º
Aprovisionamento

1. O aprovisionamento no âmbito do Fundo é realizado nos termos do diploma que aprova o regime jurídico do aprovisionamento.

2. Nos projetos e programas a financiar através do Fundo, consideram-se entidades adjudicantes, as entidades beneficiárias do financiamento.

Artigo 17.º
Controlo Financeiro

O controlo da execução do orçamento e do exercício das responsabilidades financeiras do Fundo ficam sujeitos às regras constantes da legislação geral e às normas de Execução do Orçamento.

Artigo 18.º
Fiscalização administrativa e financeira

O Fundo está sujeito à fiscalização e inspeção administrativa e financeira aplicáveis aos serviços da Administração Pública

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 19.º
Funcionários públicos

1. O regime de carreira e remuneração, os critérios de desempenho e remuneração complementares e a mobilidade entre os quadros de pessoal do fundo e dos funcionários e agentes da administração pública em serviço no Fundo aplica-se o regime geral da função pública, nos termos estabelecidos para vigorar nos serviços da administração pública da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno, em consulta com a Comissão da Função Pública.
2. O Fundo dispõe de quadro de pessoal próprio, aprovado pela tutela, sob proposta do Conselho de Administração, que deve refletir o modelo nacional dos quadros de pessoal ajustado às especificidades justificadas pela atividade.

Artigo 20.º
Portal do Fundo

O Fundo Especial de Desenvolvimento deve criar um portal online, no prazo de 180 dias a contar da data de produção de efeitos do presente diploma, para divulgação de informação e atividades relevantes nos termos do presente diploma.

Artigo 21.º
Norma revogatória

É revogado o n.º 2 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 15/2015, de 14 de janeiro.

Artigo 22.º
Gestão e prestação de serviços regionais de interesse público

As alíneas a), b), i), j) e k) do n.º 1 do Artigo 4.º-A do DL 93/2022 de 20 de dezembro, financiados pelo Fundo, transitam para o âmbito deste sem mais formalidades.

Artigo 22.º-A
Norma transitória

1. O Conselho de Administração é considerado instalado com a realização da sua primeira reunião, convocada para o efeito pelo Ministro das Obras Públicas ou pelo Presidente da Autoridade da Região Administrativa Especial de Oe-Cusse Ambeno.
2. A instalação do Conselho de Administração deve ocorrer no prazo de 30 dias a contar da entrada em vigor do presente diploma.
3. A partir da instalação do Conselho de Administração, cessam automaticamente as funções do Conselho Diretivo, transitando para o novo órgão os processos, contratos, direitos e obrigações em curso, sem necessidade de quaisquer formalidades adicionais.
4. As deliberações, decisões e atos praticados pelo Conselho Diretivo durante o período referido no n.º 3 mantêm-se válidos e eficazes.

Artigo 23.º
Entrada em vigor e eficácia jurídica

1. O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.
2. O presente diploma produz efeitos a partir de 1 de janeiro de 2025.

Aprovado em Conselho de Ministros 21 de Novembro de 2014

O Primeiro-Ministro,

Kay Rala Xanana Gusmão

Promulgado em 8/01/2015

Publique-se.

O Presidente da República,

Taur Matan Ruak